DOI: 10.30612/mones.v14i28.19032

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Caminhos opostos: crise hegemônica e divergências identitárias entre Ucrânia e Rússia

Marcelo Furtado Martins de Paula
Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: marcelo.paulafurta@mail.huji.ac.il
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8715-3111

Resumo: Este artigo emprega abordagens neo-gramscianas e construtivistas para examinar as causas da guerra Rússia-Ucrânia, focando em fatores estruturais e identitários. Explora a crise da Ordem Liberal Internacional, a identidade em evolução da Ucrânia e a construção da identidade russa por meio do "Mundo Russo" ('*Russkiy Mir*') e do eurasianismo. Ao analisar essas dinâmicas, o artigo destaca o choque entre a rejeição russa da Ordem Liberal e os esforços de integração da Ucrânia, impulsionados por estruturas sociais profundas e a evolução identitária, levando à irrupção do conflito e suas persistentes consequências.

Palavras-chave: Ucrânia; Rússia; hegemonia; identidades.

Opposite Paths: Hegemonic Crisis and Identity Divergences between Ukraine and Russia

Abstract: This article utilizes neo-Gramscian and constructivist frameworks to analyze the underlying causes of the Russia-Ukraine war, emphasizing both structural and identity-related factors. It examines

the crisis of the International Liberal Order, the formation of Russian identity through concepts like "Russian World" ('*Russkiy Mir*') and Eurasianism, and the shifting identity of Ukraine. Through this lens, the article reveals the fundamental tensions between Russia's resistance to the Liberal Order and Ukraine's pursuit of integration into it. These tensions, shaped by deep-rooted societal structures and evolving identities, are presented as key drivers behind the conflict's onset and its enduring ramifications.

Key-words: Ukraine; Russia; hegemony; identities.

Caminos opuestos: crisis hegemónica y divergencias identitarias entre Ucrania y Rusia

Resumen: Este artículo emplea enfoques neogramscianos y constructivistas para examinar las causas de la guerra entre Rusia y Ucrania, enfocándose en factores estructurales e identitarios. Explora la crisis del Orden Liberal Internacional, la identidad en evolución de Ucrania y la construcción de la identidad rusa a través del "Mundo Ruso" ('Russkiy Mir') y el euroasianismo. Al analizar estas dinámicas, el artículo destaca el choque entre el rechazo ruso al Orden Liberal y los esfuerzos de integración de Ucrania, impulsados por estructuras sociales profundas y la evolución identitaria, lo que condujo a la irrupción del conflicto y sus persistentes consecuencias.

Palabras-clave: Ucrania; Rusia; hegemonía; identidades.

Recebido em: 16.09.2024
Aceito em: 02.05.2025

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva compreender como a construção identitária de Rússia e Ucrânia explica a situação conflituosa que, em maior ou menor grau, se observa desde a independência ucraniana – ocorrida de forma pacífica no contexto da dissolução da União Soviética (URSS). Por intermédio de conceitos neo-gramscianos associados a uma abordagem construtivista, oferece-se uma compreensão aprofundada dos fatores culturais que configuraram esse conflito. Em particular, analisa-se como a crise da Ordem Liberal Internacional (OLI), a formulação dos conceitos de "Mundo Russo" e eurasianismo, bem como a evolução da identidade ucraniana contribuem para moldar as dinâmicas do conflito.

A abordagem neo-gramsciana permite analisar a crise da OLI como um fenômeno histórico e político que envolve hegemonia, contra-hegemonia e transformações na ordem mundial. Este referencial é útil para entender as vicissitudes enfrentadas pela OLI e a maneira como diferentes atores respondem a essa ordem. O construtivismo oferece uma lente analítica para compreender a construção das identidades nacionais e políticas através de interações sociais e discursivas. Essa abordagem é essencial para analisar como as identidades russa e ucraniana evoluíram e se posicionam em relação à ordem hegemônica.

A seguir, o artigo discute a crise da OLI, apresenta conceitos fundamentais do construtivismo orientado por regras e os elementos neo-gramscianos utilizados na análise. Logo após, é feita uma contextualização histórica das identidades e suas disposições sociais normativas. Rússia e Ucrânia são contrapostas à OLI e ao "Mundo Russo" e conclui-se que o conflito entre Rússia e Ucrânia é o resultado do choque de dois movimentos constitutivos das identidades vinculados a essas duas hegemonias culturais opostas. Parafraseando Svetlana Aleksiévitch (2016), o conflito reflete a transição do *Homo sovieticus* para *Homo russus*, no caso da Rússia, e para *Homo liberalis*, no caso da Ucrânia.

CRISE DA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL

A OLI constitui um arranjo normativo e institucional estabelecido no período pós-Segunda Guerra Mundial sob a liderança dos Estados Unidos da América (EUA), fundamentado em princípios liberais como o Estado de direito, a democracia representativa, o multilateralismo e a economia de mercado. Essa ordem busca estruturar as relações internacionais por meio de instituições multilaterais — como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) — com o objetivo de promover estabilidade, previsibilidade e cooperação entre

os Estados. De acordo com Ikenberry (2001; 2011), a OLI distingue-se de ordens hegemônicas anteriores por ser relativamente aberta, inclusiva e baseada em regras que permitem a participação e influência de múltiplos atores, inclusive de potências em ascensão.

Naturalmente, o conceito não é unânime e diversas correntes questionam sua relevância ou relativizam seu escopo (Barkawi; Laffey, 2006; Mearsheimer, 2018; Acharya, 2014; Shilliam, 2011; Jahn, 2018; Barnett, 2017). Contudo, é útil e convincente a abordagem que, com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional alcançou uma rara configuração de unipolaridade (ainda que temporária), com os EUA alcançando uma posição de indisputada predominância militar e pouca contestação ideacional (Ikenberry, 2005). Nessa perspectiva, para além de ser o Estado mais forte em um ambiente anárquico, os EUA passaram a ser produtores da ordem internacional, caracterizada pela cooperação internacional, pelo seu sistema de alianças, pelos mercados abertos e pela ordem democrática.

De acordo com Ikenberry (2005), trata-se de uma ordem aberta (não-imperial), que passou a ser questionada a partir das respostas americanas aos atentados de 11 de setembro de 2001. Nesse contexto, Fioretos e Heldt (2019) analisam como o sistema de Bretton Woods — pilar da ordem liberal americana — passa a sofrer com a fragmentação da governança e correntes opositoras, como o movimento Trumpista. Para os autores, são particularmente desafiadoras as dimensões de inclusividade, legalização e enraizamento de mercados. Em relação à inclusividade, o Banco Mundial e o FMI, criados sob o princípio da adesão, têm demonstrado uma limitada capacidade de reformar-se após sua rápida expansão inicial. Criadas com uma extensão inédita em relação ao escopo de legalização, fortemente baseadas em *hard law*, essas instituições veem hoje redes informais, como o G-20, ganharem significativa relevância em termos de governança. Além disso, a onda de liberalização dos anos 1980 e 90 afetou a lógica de liberalismo enraizado[1] dessas instituições.

Na mesma linha, Helleiner (2019) destaca que o multilateralismo liberal institucionalizado de Bretton Woods era compatível com tipos diversos de gestão econômica, como o desenvolvimentismo latino-americano e a economia planejada soviética. Mais recentemente, além do neoliberalismo, outros modelos que rejeitam o multilateralismo liberal institucionalizado têm desafiado a ordem liberal: conservadorismo populista, nacionalismo de esquerda, nacionalismos neoliberais e princípios da Nova Rota da Seda chinesa.

1 O termo "liberalismo enraizado" refere-se à noção de que instituições internacionais liberais — como o FMI e o Banco Mundial — foram concebidas para operar não apenas com base em regras de mercado e princípios de abertura econômica, mas dentro de um arcabouço institucional fortemente estruturado por normas, procedimentos e salvaguardas sociais e políticas. Esse "enraizamento" supõe que a ação dos mercados seja moldada e limitada por instituições formais e compromissos coletivos, de modo a garantir estabilidade, previsibilidade e legitimidade. Assim, o liberalismo não se expressa de forma puramente laissez-faire, mas ancorado em instituições robustas e amplamente aceitas (Fioretos; Heldt, 2019).

Por outro lado, Jahn (2018) ressalta o paradoxo de que os próprios fatores que possibilitaram a consolidação do internacionalismo liberal contribuíram também para sua crise. A ampla difusão e predominância desse modelo aprofundaram desigualdades socioeconômicas que alimentam a resistência à globalização e ao livre comércio, num contexto que favoreceu um sentimento de arrogância e excepcionalismo da potência hegemônica. Para a autora, a erosão da divisão nacional/internacional levou ao alargamento de clivagens socioeconômicas, à ascensão de partidos extremistas, ao ressurgimento do nacionalismo, do racismo e do sexismo, bem como ao ataque às ideias liberais de razão, verdade, ciência e especialização. Para Jahn (2018), movimentos populistas culpam o internacionalismo liberal pelos problemas e procuram estabelecer distinções entre as esferas doméstica e internacional, com a priorização do direito interno em detrimento do direito internacional.

Outra contradição interna importante da OLI é seu legado da extrema direita, evidenciado por Anievas e Saul (2019). Os autores expõem a absorção de dinâmicas nazifascistas como antídoto à esquerda radical no pós-guerra. Os países derrotados na Segunda Guerra Mundial (Japão, Alemanha e Itália) e regimes fascistas do sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia) foram plenamente integrados na ordem liberal. Essas iniciativas fizeram parte de um esforço geopolítico de contenção do bloco oriental e reconstrução e reorientação estratégica desses países, mas carregaram consigo contradições.

Como se nota, a crise da ordem liberal é multifacetada. Koivisto e Dunne (2010) questionam mesmo a crise, argumentando que aspectos hierárquicos se mantêm, embora tenha havido mudanças significativas em aspectos laterais. Segundo os autores, a ordem contém hierarquias políticas aceitas, quer através de regras e normas partilhadas, quer através de instituições sociais praticadas. Existe uma relação entre o internacionalismo liberal e o império, sendo as instituições e convenções sociais semelhantes às do império intrínsecas à política liberal de ordenação mundial.

Por fim, o advento do governo Trump representou a última grande contradição da OLI, desta feita em seu cerne. A respeito, Fehl e Thimm (2019) discutem as perspectivas da cooperação multilateral sem a liderança e o apoio dos EUA. Os autores analisam a viabilidade e eficácia do "multilateralismo menos um". Embora a cooperação não hegemônica seja considerada mais realista em algumas áreas, como alterações climáticas, permanecem desafios na construção de coligações e na sustentação da liderança política.

Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o unilateralismo dos EUA coincide com desafios crescentes e significativos de potências como a China e os demais integrantes dos BRICS, tornando a cooperação sem a liderança dos EUA mais provável. Além disso, a crescente importância das redes transnacionais da sociedade civil e de atores não governamentais melhora as perspectivas de cooperação não hegemônica. A administração Trump

CC BY NC SA

fortaleceu o argumento para a cooperação não hegemônica, apresentando uma oportunidade para tornar a governança global menos dependente da liderança dos EUA (Fehl; Thimm, 2019).

Essa percepção de potencialização da crise da ordem liberal a partir do Trumpismo coaduna-se com análises de outros autores, como Peterson (2018), que analisa como a erosão da democracia nos EUA tem impacto no plano internacional; Stokes (2018) e Norloff (2018), que apontam como a ordem liberal favoreceu os EUA, em que pese a crise ter seu centro na sociedade americana; e Parmer e Furse (2023), que identificam um bloco histórico transnacional entre as elites americanas e a China.

Em relação à Rússia, Romanova (2018) argumenta que o país enfatiza as inerentes contradições da OLI, como as tensões entre soberania estatal e a responsabilidade de proteger, entre pluralismo cultural e pretensões de universalidade liberal, bem como entre a hegemonia normativa americana e o princípio formal de igualdade entre os Estados. Essas contradições foram evidenciadas, por exemplo, na intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia em 2011. Embora inicialmente legitimada pela Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, a intervenção evoluiu para uma campanha de mudança de regime. A Rússia, juntamente com o Brasil, a China, a Índia e a Alemanha se abstiveram, argumentando perceber na operação uma potencial violação da soberania líbia (Kuperman, 2013; Hehir, 2013).

A Rússia utiliza essas ambivalências normativas para justificar sua política externa, reinterpretando as normas liberais em termos que sirvam a seus próprios interesses estratégicos. O "neorevisionismo" russo se entrelaça com questões domésticas ao mobilizar apoio interno à política externa e distanciar críticas aos problemas internos. Essa estratégia alavanca sentimentos nacionalistas e projeta a imagem da Rússia como uma potência que desafia o Ocidente. Em última análise, a Rússia não busca aderir a mecanismos de governança global liderados pelo Ocidente, mas sim reformá-los de maneira que melhor acomodem suas próprias percepções de status e concepções de soberania, segurança e governança global (Romanova, 2018).

PROCESSUALIDADE, ORGANICIDADE E MORBIDADE

Babić (2020) explora a crise da OLI mobilizando os conceitos gramscianos de processualidade, organicidade e morbidez. A processualidade remete à concepção de crise como um fenômeno histórico de longa duração, de caráter multidimensional e cumulativo, em oposição a eventos pontuais e episódicos. Tal perspectiva permite compreender a atual crise como resultado de transformações estruturais iniciadas nas décadas anteriores, especialmente no contexto da globalização neoliberal, que promoveu a liberalização econômica e a expansão insti-

tucional sem, contudo, oferecer respostas adequadas às crescentes desigualdades internas, à precarização do trabalho e à erosão do consenso democrático nas sociedades ocidentais.

A organicidade, por sua vez, permite distinguir entre crises políticas conjunturais e crises orgânicas, estas últimas associadas à contestação das bases ideológicas e institucionais de uma ordem social. A crise da OLI configura-se como orgânica na medida em que envolve tanto uma erosão interna — evidenciada pelo crescimento de movimentos populistas e nacionalistas em países historicamente defensores da ordem liberal — quanto desafios externos, materializados na atuação de potências revisionistas como China e Rússia.

O conceito de morbidez, por fim, refere-se à fase de interregno em que uma ordem antiga está morrendo, mas uma nova ordem ainda está por nascer, conforme formulado por Gramsci (1971). "Sintomas mórbidos" surgem e são característicos desta fase. No caso da OLI, os sintomas mórbidos manifestam-se na crescente disfuncionalidade de instituições centrais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), paralisada desde 2019 pela obstrução de seu órgão de apelação; na perda de eficácia do Conselho de Segurança das Nações Unidas diante de crises contemporâneas como a guerra na Síria ou a invasão russa da Ucrânia; e na contestação ao papel central do FMI, frente ao fortalecimento de instituições alternativas como o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Esses elementos indicam o esgotamento da capacidade de liderança normativa e institucional da OLI, sem que uma nova ordem internacional, dotada de legitimidade e estabilidade, tenha ainda emergido de forma clara e consolidada.

Essa abordagem permite revelar a natureza multidimensional da crise e suas implicações para o futuro da ordem global. Babić (2020) postula que o atual período de instabilidade e incerteza deve ser compreendido como um interregno, ou uma fase distinta, e não uma simples transição. Esse conceito é também útil, como veremos, para entender o lugar identitário de Rússia e Ucrânia na crise da ordem.

CONSTRUTIVISMO: REGRAS, AGENTES E LINGUAGEM

O construtivismo nas Relações Internacionais tem raízes, entre outras fontes, no socioconstrutivismo da psicologia social, adotando sua ontologia relacional do mundo social. Segundo essa abordagem, o mundo social é constituído por interações comunicativas entre atores, cujos comportamentos e cognições são moldados pelas normas, expectativas e interpretações compartilhadas (Ragazzi, 2002). Dentro dessa tradição, o construtivismo orientado por regras, proposto por Onuf (1998), enfatiza três componentes centrais: indivíduos, sociedade e as regras que articulam suas relações. Regras são entendidas como declarações que prescrevem condu-

CC BY NC SA

tas, ou seja, dizem aos agentes o que devem fazer (Onuf, 1998, p. 59). Elas não apenas orientam comportamentos, mas também constituem os próprios agentes, ao definir seus papéis e possibilidades de ação dentro de uma estrutura social normativamente organizada.

Agentes, nesse contexto, são indivíduos ou coletividades sociais — como Estados, organizações internacionais ou movimentos sociais — desde que constituídas por práticas regidas por regras compartilhadas. Essas coletividades não são pré-dadas ou "pré-sociais", mas formadas e continuamente reproduzidas por meio da ação individual interpretada dentro de contextos normativos (Smith, 2001). Assim, elites políticas, burocracias estatais, ONGs, corporações transnacionais ou redes epistemológicas podem ser compreendidas como agentes na medida em que compartilham significados intersubjetivos e atuam dentro de padrões normativos estabilizados.

Nesse arcabouço, agentes têm intencionalidade voltada para objetivos que são definidos pelas regras do "jogo da linguagem". Tais regras sustentam instituições, entendidas como padrões relativamente duradouros de expectativas recíprocas, e delimitam o escopo da ação. Os agentes interpretam e atualizam as regras, podendo optar por segui-las, contestá-las ou transformá-las, sempre dentro de um campo social construído por essas mesmas regras (Onuf, 1998; Smith, 2001).

Nesse sentido, como observa Kubálková (2001), o construtivismo orientado por regras conecta agentes e estruturas em um processo dinâmico. Embora os agentes operem com racionalidade, o que é considerado racional e quais escolhas são possíveis dependem das normas socialmente instituídas. Não há uma definição universal de ação racional: o próprio conceito de racionalidade é moldado pelas condições sociais e discursivas em que os agentes estão inseridos (Kubálková, 2001, p. 57; Onuf, 1989, p. 81).

O objetivo da análise construtivista, nesse quadro, é identificar quais são as regras que estruturam o mundo social, como elas surgem, como definem os termos da agência e delimitam as possibilidades da ação 'racional'[2], além de como se transformam em recursos de poder. Isso exige investigar como normas e significados compartilhados, mesmo em constante mutação, sustentam instituições que, ao mesmo tempo, promovem estabilidade e possibilitam mudança nas relações sociais. A linguagem, nesse processo, possui um papel ontológico central: atos de fala produzem efeitos sociais, que se estabilizam em padrões — ou regras — e estas, por sua vez, constituem agentes sociais competentes, capazes de agir, influenciar e (re) produzir a ordem social.

2 Diferentemente das concepções racionalistas tradicionais, que entendem racionalidade como cálculo utilitário orientado à maximização de interesses predefiidos, Onuf percebe a racionalidade como socialmente situada.

"MUNDO RUSSO", EURASIANISMO E IDENTIDADE RUSSA

Antonio Gramsci, em sua teoria da hegemonia cultural, sustenta que a classe dominante governa não apenas pela coerção, mas também por meio do consenso e da liderança moral e cultural. A hegemonia, assim, implica que a visão de mundo da classe dominante torna-se predominante e naturalizada na sociedade (Gramsci, 1971). Esse conceito pode ser aplicado à estratégia imperial russa e posteriormente soviética em relação à Ucrânia.

Um elemento discursivo importante nesse contexto é a ideia de "Mundo Russo". Desenvolvido inicialmente nos anos 1990 e incorporado oficialmente à política externa russa no início dos anos 2000, o "Mundo Russo" exemplifica claramente a ideia gramsciana de hegemonia cultural. O conceito visa estabelecer uma identidade coletiva abrangente, envolvendo não apenas russos étnicos, mas também populações russófonas e grupos culturais relacionados, dentro e fora da Federação Russa – identificando essas populações como "compatriotas".

Com efeito, o colapso da URSS criou uma diáspora de 25 milhões de russos étnicos vivendo fora da Federação Russa. (Kolstø, 1993). Na Ucrânia, o senso de 2001 identificou 17,3% da população como russos étnicos[3] e 29,6% da população tendo o russo como primeiro idioma. É pacífico que o idioma ou uma mistura de russo e ucraniano (*surzhyk*) eram empregados mais amplamente em diversas situações. Estudos indicam que, entre 1989 e 2001, a população russa na Ucrânia diminuiu em aproximadamente 3 milhões de pessoas. Essa redução é atribuída a fatores como assimilação, emigração para a Rússia ou outros países e mudanças na autoidentificação étnica (Kolstø, 1993; Arel, 2002; Popova, 2023).

A "política do compatriota" russa abrange tanto essa população étnica como a linguística. Ao mobilizar uma identidade ampla, a política legitima o protagonismo russo sobre regiões consideradas culturalmente próximas, como Ucrânia e Belarus (Kudors, 2010; Zhurzhenko, 2014; Bokoch, 2019). Naturalmente, a construção da identidade nacional ucraniana é um processo dinâmico e multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores históricos, culturais e políticos. A Ucrânia abriga uma população diversificada, onde diferentes regiões possuem distintas influências culturais e históricas. Essas diferenças resultaram em percepções variadas sobre a identidade nacional e o papel da Rússia na formação dessa identidade. Não obstante, Bokoch (2019), argumenta que o "Mundo Russo" é um projeto geopolítico que ameaça o território, a segurança nacional e a cultura ucranianos.

Essa construção discursiva constitui um ato de fala que fornece aos ultranacionalistas russos um arcabouço para sustentar a ideia de que a Rússia, como figura central dessa comunidade, tem a missão civilizadora e a obrigação de manter sua coesão e pacificação — a *pax russica*.

3 Autoidentificação.

A narrativa se sustenta em antecedentes históricos que remontam a séculos. Um dos seus marcos centrais é a "reunião das terras da Rus'" (*sobranie russkich zemel*), formulada e praticada pela política imperial russa desde o período moscovita, especialmente a partir do século XV. Essa ideia emerge no contexto da consolidação do Grão-Ducado de Moscou que se percebia como herdeiro legítimo do legado político, religioso e cultural da antiga Rus de Kyiv, após seu colapso diante das invasões mongóis. Ao longo do tempo, a elite moscovita construiu a imagem de Moscou como a "Terceira Roma", sucessora espiritual de Bizâncio, e desenvolveu a missão histórica de restaurar e reunir as terras da antiga Rus sob a sua autoridade – uma missão legitimada por elementos religiosos ortodoxos e pela narrativa de continuidade histórica (Nefedova, 2016; Hosking, 2001).

Essa ideologia teve consequências práticas importantes na expansão do Estado russo. Desde o século XVII, a política de *sobranie* foi aplicada diretamente sobre os territórios que hoje compõem a Ucrânia. O ponto de inflexão mais emblemático ocorreu com o Tratado de Pereyaslav (1654), em que o Hetmanato cossaco se submeteu à proteção do czar de Moscou, sendo posteriormente incorporado progressivamente ao Império Russo (Hosking, 2001; Miller, 2003). Ao longo dos séculos XVIII e XIX, com as partições da Polônia e o avanço sobre o Império Otomano, o Império Russo consolidou sua presença sobre vastas áreas do que hoje é o sul e o leste da Ucrânia.

Nesse processo, a noção de uma "comunidade triúna" dos povos eslavos orientais – russos, ucranianos e bielorrussos – como partes de uma mesma nação russa (*velikorussy, malorussy e bielorussy*) reforçou a legitimação ideológica dessa expansão (Miller, 2003). Trata-se de um discurso que negava a existência de identidades nacionais separadas, subordinando-as a uma identidade russa ampla e indivisível.

Essa tradição fez surgir, na década de 1920, o movimento político conhecido como eurasianismo, ligado ao movimento Bolchevique. Lev Gumilëv, considerado a principal ponte entre o eurasianismo antigo e o neoeurasianismo, enfatiza que todos os povos que ocupam essa "Eurásia" compartilham o mesmo destino. A inexorabilidade da natureza e da cultura na escolha humana é essencial em sua obra. Segundo Gumilëv, sob a herança do domínio Tártaro-Mongol e sua fusão com a cultura eslava, os povos da Rússia têm uma espécie de "destino manifesto" de domínio sobre a humanidade, particularmente sobre os europeus, sua essência de alteridade. Para ele, a ideia de universalidade da humanidade é uma criação do Ocidente (Laruelle, 2008). Sob uma perspectiva construtivista, esse destino não é algo objetivamente dado, mas uma construção discursiva que legitima políticas expansionistas e reivindicações territoriais russas. Essa construção discursiva molda percepções coletivas e reforça a ideia de alteridade frente ao Ocidente.

Os termos "eurasianismo" e "Eurásia" voltaram a ganhar popularidade na Rússia após 1991. A ideia sugere que a Rússia ocupa uma posição ambígua entre a Ásia e a Europa, e que

sua cultura é uma fusão de povos eslavos e turco-muçulmanos. O neoeurasianismo, surgido na década de 1990, postula que a Europa não é um modelo de desenvolvimento a ser seguido, e que a Rússia deveria eliminar os traços culturais absorvidos do Ocidente (Laruelle, 2008; Levchuk, 2013; Sevestre, 2021; Pasitselska, 2017).

Alexandr Dugin, influente cientista político russo da atualidade, é um dos principais nomes contemporâneos desse movimento. De certa forma, o eurasianismo é considerado por alguns autores como uma Doutrina Monroe russa. Shenfield (2001) demonstra como a obra de Dugin influenciou militares de alta patente – seu livro sobre geopolítica é utilizado como material didático na Academia do Estado – Maior das Forças Armadas Russas. Dugin encontra-se com frequência com autoridades como o Ministro das Relações Exteriores, Sergey Lavrov, e tem projetos conjuntos com o oligarca de extrema-direita Konstantin Malofeyev. Está desde 2015 na lista de indivíduos sancionados pelos EUA por sua participação na crise ucraniana.

A prática discursiva dugenista mobiliza narrativas históricas e culturais para redefinir a identidade russa como uma alternativa à ordem liberal ocidental. Seu discurso político constrói a identidade russa em oposição direta ao Ocidente. Dugin legitima políticas externas expansionistas ou intervencionistas ao apresentar a Rússia como guardiã de valores tradicionais ameaçados pelo liberalismo ocidental (Levchuk, 2013; Sevestre, 2021).

O alcance da influência de Dugin é controverso. Kalinin (2019) argumenta que, embora suas ideias sejam conhecidas, não influenciam substancialmente as percepções de política externa das elites russas. Utilizando dados da *Survey of Russian Elites: 1993–2016*, o autor conclui que a teoria neo-eurasianista de Dugin tem utilidade limitada para compreender as percepções das elites russas, sugerindo que sua influência não deve ser superestimada – embora reconheça influência mais significativa nas esferas governamentais e militares. A prática e o discurso pós-2022, contudo, enfraquecem as conclusões de Kalinin, com a legitimação da expansão territorial e da missão histórica russa, bem como o o aumento da xenofobia (Zavershinskaia, 2024; Bidochko, 2024).

O novo eurasianismo tornou-se uma forma de contornar a questão do nacionalismo russo pós-URSS. Com muitos não-russos étnicos dentro das fronteiras da Federação Russa e muitos russos étnicos e russófonos em outros países pós-soviéticos – na Ucrânia, o número de falantes nativos de russo é de aproximadamente 30%; em Belarus, 70%; na Letônia, 34% e na Estônia, 30% (ONU, 2025) – a concepção eurasiana converge para incluir todos esses grupos na nova identidade nacional russa . Essa abordagem mostrou-se muito mais atraente ao público russo do que o liberalismo de Yeltsin, profundamente vinculado à crise econômica (Plokhy, 2023, p. 100-105). Outro vetor identitário vem dos eslavófilos, que recuperam a concepção do Império Russo de que a Rússia é uma nação tripartite, composta por eslavos orientais divididos em grandes russos (russos), pequenos russos (ucranianos) e russos brancos (bielorrussos) (Plokhy, 2023, p. 102).

Assim, a retórica da defesa dos valores culturais e espirituais do "Mundo Russo", na promoção da língua russa e na reintegração de territórios "historicamente russos", não surge *ex nihilo*, mas ecoa essas tradições imperiais anteriores. A ideia de que a Rússia possui uma missão histórica de liderar e reunir os povos herdeiros da Rus é uma constante que atravessa séculos e fundamenta tanto projetos imperiais do passado quanto reivindicações geopolíticas do presente.

Nesse contexto, Vladimir Putin mobiliza ativamente tais discursos, exemplificados em seu artigo "Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucranianos" (Putin, 2021), no qual ele argumenta que russos e ucranianos são um único povo com uma herança cultural e histórica comum. Putin afirma que a divisão entre as duas nações é artificial e resultada de intervenções externas e políticas equivocadas. Ele defende a tese de que a identidade ucraniana é inseparável da russa e utiliza narrativas históricas para justificar a política de integração e influência russa sobre a Ucrânia. O artigo foi amplamente criticado por historiadores e analistas políticos (Segrillo, 2023; Snyder, 2022), que veem nele uma tentativa de legitimar a agressão russa e minar a soberania ucraniana.

A ideia de "Mundo Russo" passou a ser adotada por Putin publicamente em 2001, e em 2007 foi criada a Fundação "Mundo Russo" (*Fond 'Ruskiy Mir'*) (Götz & Merlen, 2019; Kudors, 2010). Putin utilizou o conceito para justificar a invasão da Crimeia em 2014 e a "Operação Especial na Ucrânia".

A Fundação "Mundo Russo", por meio de seus centros culturais no exterior, promove o idioma e a cultura russos e, segundo sua missão pública, pretende promover o diálogo da Rússia com o estrangeiro. No entanto, Zhurzhenko (2014) observa que, desde sua criação, a Fundação enfatiza a ideia de uma "Comunidade Imaginada", um "Mundo Russo" definido em termos nacionais e culturais para incluir russos na Rússia e seus "compatriotas falantes de russo" no exterior. O conceito sempre negou a existência de uma identidade ucraniana dissociada da Rússia.

Esta narrativa reflete a abordagem revisionista de Putin e suas ambições de reconstituir a esfera de influência russa, particularmente no contexto da crise da OLI. De qualquer forma, trata-se tanto de uma manifestação de normas identitárias, no sentido construtivista, como uma norma por si só – agente e estrutura constituindo-se mutuamente. O artigo de Putin, disponível no site oficial do governo russo, é amplamente referenciado pela mídia e formadores de opinião.

Segundo Zurzhenko (2014), de 2005 a 2010, o Kremlin definiu as elites ucranianas pró-Ocidente como arcaicas, e o nacionalismo ucraniano, mesmo o mais moderado e democrático, como "fascista". Essa narrativa se ancora em eventos da Segunda Guerra Mundial, especialmente na colaboração de setores da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN), lidera-

da por Stepan Bandera, com as forças nazistas. Embora essa colaboração tenha existido, esteve vinculada à resistência à ocupação soviética e associada à esperança de apoio alemão à independência ucraniana. Bandera, de fato, foi preso pelos nazistas e encaminhado para um campo de concentração. A despeito disso, a URSS e, posteriormente, a Rússia, instrumentalizaram o episódio para deslegitimar o projeto de construção nacional ucraniano (Marples, 2006; Plokhy, 2023). Movimentos como o de Bandera são de fato altamente controversos, estiveram envolvidos em extermínios étnicos e inspiram movimentos de extrema-direita contemporâneos.

Outro elemento cultural importante na divulgação, defesa e aprofundamento da ideia de "Mundo Russo" é a Igreja Ortodoxa Russa (IOR) (Zhurzhenko, 2014; Kudors, 2010; Bokoch, 2019). A IOR associou-se oficialmente à Fundação "Mundo Russo" em 2009 (Bremer, 2015). É interessante observar que, para a IOR, não há uniformidade no "Mundo Russo". As diferentes etnias e os diferentes idiomas que integram essa comunidade identitária também não definem "povos de primeiro ou segundo escalão", nas palavras do Patriarca Alexy II (Bremer, 2015). Desta forma, além do idioma russo, a Igreja defende o ensino de idiomas como o ucraniano, o bielorusso ou o moldávio.

Götz & Merlen (2019) divisam três abordagens analíticas acerca da postura internacional da Rússia contemporânea. A primeira percebe a Rússia como uma potência revanchista, empenhada em minar a OLI, motivada principalmente por fatores culturais internos, como o conceito identitário de "Mundo Russo". Em contraste, outra corrente interpreta o comportamento russo como essencialmente defensivo, argumentando que são as ações expansionistas do Ocidente, particularmente da OTAN, que têm levado Moscou a reagir. Nesse contexto, o conceito do "Mundo Russo" serve como justificativa para uma política reativa e protetora da esfera cultural russa. Uma terceira abordagem caracteriza a Rússia como simultaneamente agressiva e isolacionista, um país que busca consolidar uma esfera própria de influência, definida cultural e politicamente pelo "Mundo Russo", se afastando deliberadamente das instituições e normas ocidentais.

A construção da identidade russa é central nessa definição de política externa ou, sob outro ponto de vista, de política "interna". É interessante observar que, como herança da construção identitária da URSS, muitos ucranianos étnicos e outros grupos étnicos, como lituanos e uzbeques, historicamente se sentiram pertencentes a este mundo eslavo, se não russo. Kulyk (2018) observa que a categoria soviética de "língua nativa" não deve ser menosprezada (ver também Arel, 2018). Língua nativa, nos censos soviéticos, aparece como uma pergunta redundante para nacionalidade ou etnicidade — a despeito da língua que o respondente falava no cotidiano. Para esta última, Arel (2002) cunhou o termo "língua de conveniência". Observando o padrão de votação entre as diversas regiões ucranianas, Kulyk (2018) argumenta que a questão das nacionalidades foi uma das condicionantes do advento da Perestroika e do fim da URSS. Segundo ele, em 1985 a questão étnica ainda não era vista com um problema explosivo

do sistema. Estudiosos soviéticos acreditavam que a questão das etnias tendia para a *sblizhenie* (aproximação), ou mesmo *sliyanie* (fusão) em direção a um único povo soviético (*sovietskii narod*) e que problemas pontuais eram sanados com políticas regionais.

Segundo Segrillo (2000), os censos soviéticos dividiam os mais de 100 grupos étnicos observados em três categorias principais: nacionalidade, subnacionalidade e minoria estrangeira. Nacionalidades englobavam grupos maiores e mais consolidados, com população superior a 300 mil pessoas, como russos, ucranianos e estonianos. As subnacionalidades eram grupos menores como iúpiques e tchuktches, e minorias estrangeiras grupos como finlandeses e coreanos.

Segrillo (2002) faz um histórico das relações entre nacionalidades na URSS, demonstrando como ambos territórios e populações são herdados do Império Russo. Contudo, principalmente a partir da década de 1970, observa-se uma crescente insatisfação em torno, principalmente, de nacionalismos de etnias asiáticas e muçulmanas. A partir de 1988-1989, surgem (pelo menos oficialmente) os primeiros conflitos violentos de fundo interétnico: Nagorno-Karabakh, o "domingo negro" em Tbilisi, e movimentos no Uzbequistão, no Cazaquistão e na Quirguízia.

As repúblicas bálticas estiveram na vanguarda do movimento nacionalista, que rapidamente se expandiu para outras repúblicas, como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia. Esse movimento, naturalmente, derivou num amplo espectro político, mas que, por contraposição à influência russa, tomou um aspecto pró-Ocidente. No caso ucraniano, já nas primeiras eleições pode-se observar uma divisão regional entre dois amplos espectros políticos: pró-Rússia e pró-Ocidente (Larrabee, 2007; Ryabchuk, 2003; Arel; Khmelko, 1996; Kubicek, 2000).

Neimark (2015), que representa a perspectiva russa, contrapõe a reação ocidental de que a concepção de "Mundo Russo" está associada a noções imperialistas. Para o autor, essa é uma visão estereotipada que percebe a Rússia a partir de uma suspeição histórica e geopolítica, como uma ameaça ao Ocidente e às suas ideias. Neimark ressalta a diversidade de abordagens entre a Rússia e seus vizinhos inseridos na ideia de "Mundo Russo". Em algumas delas, o conceito representa uma unidade cultural e civilizacional que transcende fronteiras étnicas e nacionais, enquanto para outros representa a dominação russa a ser resistida. Neimark percebe essa dualidade presente no caso ucraniano.

A perspectiva de Neimark (2015) evidencia como o caso ucraniano representa também uma contradição interna da subordem do "Mundo Russo". Enquanto os russos, do ponto de vista do dominador, percebem a Ucrânia como a Pequena Rússia, parte intrínseca da nação russa, os ucranianos constroem sua identidade moderna muito no sentido daquilo que eles não são (Graeber, 2013). É interessante contrastar essa perspectiva com a observada por Ikenberry (2005) em relação ao sistema americano como não imperial e baseado em ordem aberta. O "Mundo Russo" é eminentemente imperial e baseado em filiação inata (Laurelle, 2008).

Essa contradição coaduna com a perspectiva de Haukkala (2015), que descreve o conflito na Ucrânia como a culminação inexorável de uma crise de longo prazo entre Rússia e Europa. A guerra é um ponto de inflexão, resultado da transição de uma relação cooperativa para uma de maior contestação e conflito. O autor acredita que isso é resultado das tentativas europeias de integrar a Rússia na ordem liberal pan-europeia baseada em valores e normas liberais. A Rússia inicialmente aceita o processo, mas acaba por resistir cada vez mais. Assim, a crise representa a colisão entre essa tentativa europeia e interesses estratégicos russos, intrinsecamente incompatíveis com a ordem liberal. Dessa forma, a Rússia também constrói sua identidade como aquilo que ela não é — ocidental.

A IDENTIDADE UCRANIANA EM TENSÃO COM A NOVA IDENTIDADE RUSSA

Como vimos, a narrativa russa apresenta o país como herdeiro da Rus de Kyiv em meados do século XV, nos primeiros anos do principado de Moscou. O principado Rus de Kyiv durou de 882 a 1239. Ivan III, o Grande, era príncipe de Moscou e um dos muitos descendentes dos príncipes de Kyiv, e ampliou o domínio de Moscou de Níjni (Baixa) Novgorod a Novgorod, a Grande. Particularmente na conquista desta última, utilizou-se da questão dinástica como justificativa para a conquista — uma espécie de Munique ancestral. Nessa construção narrativa, Moscou nascera com a vocação da conquista. O sentimento nacional ucraniano, ao contrário, tem suas origens no Hetmanato cossaco, que se aliou a Moscou para libertar-se do jugo polonês. Eventualmente, negociou e perdeu sua autonomia com o advento do Império Russo (Plokhy, 2021). Nesta perspectiva, a Ucrânia nascera com a vocação da resistência.

Durante o período de domínio pelo Império Russo e pela URSS, houve um esforço sistemático que buscou hegemonizar o discurso narrativo de que Rússia e Ucrânia eram essencialmente um só povo com uma origem comum na Rus de Kyiv (Plokhy, 2021; Plokhy, 2023; Snyder, 2019; Snyder, 2010). Esse movimento de hegemonização foi fundamental para a construção de uma identidade coletiva que serviu aos interesses políticos e culturais do poder dominante.

O Império Russo esforçou-se para integrar a identidade ucraniana à russa através de políticas de russificação. Essas políticas incluíam a imposição da língua russa, com a supressão da língua e tradições culturais ucranianas. A narrativa histórica de unidade cultural e histórica com berço comum na Rus de Kyiv foi essencial para legitimar a expansão territorial russa e a integração da Ucrânia ao Império Russo (Kappéler, 2001). Nesse período, a língua ucraniana encontrou refúgio na Galícia, região dominada pela Áustria, onde se publicavam textos locais

e de regiões sob domínio do Império Russo. Intelectuais como Taras Shevchenko, Mykola Kostomarov e Mykhailo Hrushevsky empreenderam um fértil movimento nacionalista ucraniano no século XIX, desenvolvendo a narrativa nacional, promovendo a literatura e mantendo viva a alta cultura ucraniana (Plokhy, 2023).

Sob o regime soviético, o processo de hegemonização foi continuado. A URSS, apesar de sua retórica internacionalista e, por vezes, contrária ao próprio nacionalismo russo, adotou uma abordagem centralizadora e russocêntrica. A promoção do "povo soviético" como uma identidade supranacional foi uma extensão do projeto imperial russo, agora envolto na ideologia comunista (Hosking, 2001). A narrativa histórica enfatizou a continuidade e a inevitabilidade da unidade russo-ucraniana, e a resistência ucraniana foi retratada como reacionária e burguesa. Os movimentos migratórios planejados de russos étnicos para todas as regiões da URSS também contribuíram para a russificação destes territórios (Kolstø, 1995).

Não obstante, é instigante como, ao tempo da Revolução de 1917, os Bolcheviques apoiaram-se no nacionalismo para atrair lideranças locais, recrutando apoiadores em suas *intelligentsii*. Houve reconhecimento de seus direitos à autonomia política e ao emprego de seus idiomas. Ao contrário, os Brancos combatiam as nacionalidades, buscando um movimento de expansão da nacionalidade russa (Plokhy, 2023).

A Rada (Conselho), parlamento revolucionário ucraniano criado por Myhailo Hrushevsky em 1917, proclamou a autonomia ucraniana dentro de uma eventual república russa. Com o golpe bolchevique, a Rada proclamou a criação da República Popular da Ucrânia. Havia a pretensão de manter vínculo federativo com a Rússia, mas a invasão bolchevique inviabilizou esse caminho. A Rada se aliou à Alemanha e à Áustria-Hungria, mas foi derrotada pelos bolcheviques, cujas tropas massacraram a população de Kyiv. (Plokhy, 2023).

Com isso, Lênin se convenceu da necessidade de manter as nacionalidades com status equivalente à da Rússia, em oposição a Stalin que defendia a absorção de todos na Rússia. O modelo de Lênin prevaleceu, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922. Nela integraram-se a República Socialista Soviética da Ucrânia, a República Socialista Soviética de Belarus, e a República Federativa Soviética Transcaucasiana, que reunia Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Além, claro, da própria Rússia em situação de igualdade (Plokhy, 2023; Subtelny, 2009). A centralização se deu no partido comunista. Diferentemente das outras repúblicas, a Rússia não possuía um partido próprio, mas controlava o partido da União. Os partidos das Repúblicas estavam na mesma hierarquia daqueles das províncias russas (Plokhy, 2023).

Com Stalin, a afirmação identitária foi revertida, com o advento da campanha sistemática de russificação. A industrialização e a administração pública foram grandes vetores desse processo, com o idioma russo gozando de exclusividade nessas esferas.

Na Ucrânia, essa nova política foi inaugurada em 1929 com julgamentos midiáticos contra a *intelligentsia* local – destacando-se a "Renascença Executada", que promovia um renascimento da língua e cultura ucranianas –, processo que se intensificou durante o Holodomor de 1932-33 (Lushnycky; Riabchuk, 2009). No Holodomor, pelo menos 4 milhões de camponeses morreram em razão do confisco de toda a produção e estoque, numa resposta do regime à resistência contra a coletivização. A repressão das expressões culturais ucranianas, a coletivização forçada que levou ao Holodomor e a perseguição das elites intelectuais foram parte de um esforço sistemático para quebrar qualquer senso de identidade nacional ucraniana (Snyder, 2010). A hegemonia cultural soviética visava a criar um novo sujeito político, o *homo sovieticus*, para o qual a identidade nacional tradicional era obsoleta e potencialmente subversiva (Suny, 1993).

A Segunda Guerra Mundial alterou novamente essas dinâmicas. Inicialmente, o regime soviético promoveu o nacionalismo ucraniano como ferramenta de mobilização para resistir ao avanço nazista. Após a ocupação do território ucraniano pela Alemanha, esse nacionalismo foi instrumentalizado pela URSS para recrutar os mais de quatro milhões de soldados ucranianos que integraram o Exército Vermelho, bem como para justificar a reanexação dos territórios da Ucrânia Ocidental no pós-guerra.

Paralelamente, movimentos insurgentes ultranacionalistas, como o liderado por Stepan Bandera, que inicialmente cooperaram com as forças nazistas, posteriormente romperam essa aliança e passaram a combater ambos os regimes. Esses grupos mantiveram uma resistência armada em defesa da independência ucraniana até serem definitivamente neutralizados pelas forças soviéticas na década de 1950. Cerca de dois milhões de ucranianos, incluindo Bandera e muitos dos seus seguidores, foram deportados para campos de trabalho forçado nazistas; outros milhares acabaram enviados para os *gulags* soviéticos, onde ucranianos constituíam a maior parte dos prisioneiros (Plokhy, 2023; Suny, 1993).

Quando Gorbachev assume a liderança soviética, em 1985, o renascimento ucraniano estava bastante enfraquecido e a russificação bastante avançada, particularmente nas grandes cidades e no leste e no sul do país (Plokhy, 2023). No entanto, essa hegemonização encontrava resistência. O movimento de independência ucraniano, que ganhou ímpeto no final do período soviético, pode ser visto como uma contra-hegemonia que afirmava uma identidade nacional ucraniana distinta e autônoma (Subtelny, 2009). O renascimento cultural ucraniano durante os períodos de relaxamento político e a persistência de tradições culturais e linguísticas ucranianas indicam que a hegemonia russa-soviética nunca foi totalmente bem-sucedida em erradicar a identidade nacional ucraniana.

Mielniczuk (2006) corrobora que a relação complexa entre Ucrânia e Rússia após o colapso da URSS é fundamentada, em grande parte, em suas diferentes construções identitárias. As distintas trajetórias históricas — com a Rússia frequentemente desempenhando o papel

CC BY NC SA

de potência dominante e as demais repúblicas soviéticas como subordinadas — produziram identidades frequentemente conflitantes. Migrações massivas promovidas pelo Império Russo e pela URSS contribuíram para a formação de grupos identitários diversos, cujas heranças pós-soviéticas continuam visíveis nas tensões envolvendo minorias russas nos Estados Bálticos, na dependência econômica de Belarus e nas disputas militares na Moldávia.

No entanto, a dinâmica russo-ucraniana revelou-se particularmente intrincada, refletindo disputas econômicas, políticas e militares acentuadas. A relação é marcada, historicamente, por desconfiança mútua e interesses concorrentes. O caso da expansão da OTAN e seu impacto nas percepções de segurança da Ucrânia ilustra como alianças externas influenciam as dinâmicas identitárias e o conflito entre os dois países (Mielniczuk, 2006; Mielniczuk, 2022).

Sob a perspectiva neo-gramsciana, a construção de identidades constitui um terreno de disputa constante, onde o consenso cultural é negociado e disputado, podendo gerar resistência mesmo sob condições altamente repressivas. Nesse sentido, a resistência cultural ucraniana e finalmente a independência em 1991 são testemunhos tanto dos limites dessa hegemonização como da resiliência da identidade nacional ucraniana.

Após a independência, a construção da identidade nacional ucraniana foi fortemente vinculada ao desejo de integração à OLI, evidenciada por políticas públicas voltadas à democratização, fortalecimento do Estado de Direito e respeito aos direitos humanos (Krawchenko, 2022). Após 2014, a Ucrânia promoveu reformas institucionais alinhadas aos padrões europeus, intensificou sua cooperação com a OTAN e buscou associação plena à União Europeia, reforçando seu posicionamento pró-ocidental (Way, 2015; Krawchenko, 2022). Tais medidas demonstram que o projeto nacional ucraniano não é apenas reativo à ameaça russa, mas proativo na construção de uma identidade ancorada nos valores liberais internacionais.

Nesse contexto Riabchuk (2012) argumenta que a Ucrânia representa uma "nação inacabada" que busca sua realização plena por meio da integração europeia, contrapondo-se ao modelo civilizacional autoritário russo. A aproximação com a OLI, portanto, surge como estratégia não apenas geopolítica, mas também civilizacional, na qual o Ocidente representa a alteridade positiva e a Rússia o "outro" negado (Zhurzhenko, 2002).

De outro lado, iniciativas associadas à visão do "Mundo Russo" como não permitir o ingresso da Geórgia e da Ucrânia na OTAN, manter a base naval russa em Sevastopol, e criar um espaço econômico comum eurasiático com Belarus, Ucrânia e países da Ásia Central (Plokhy, 2023) são indicativas de processualidade *e* organicidade inerentes à crise da OLI. O ator revisionista é a Rússia, cuja relação com a ordem é analisada a seguir.

A RÚSSIA NA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL

As relações entre Rússia e Europa seguiram uma trajetória de descompasso entre as expectativas mútuas e percepções de suas respectivas ações. Após o colapso da URSS, a Rússia ingressou na OLI com uma identidade democrática, esperando tratamento igualitário no contexto internacional (Bordachev, 2022). Contudo, a adesão russa a princípios como não-intervenção, respeito à soberania, multilateralismo, livre mercado, democracia e transparência foi errática (Santos, 2018; Bordachev, 2022; Clunan, 2018)

Segundo Santos (2018), desde 2000 a Rússia tem buscado recuperar seu status de grande potência por meio de uma política externa pragmática e multivetorial. Essa abordagem visa a combater a hegemonia dos EUA e promover uma ordem mundial multipolar, utilizando estratégias como a manutenção de influência sobre os Estados pós-soviéticos e o fortalecimento de alianças internacionais

Nesse sentido, Bordachev (2022) argumenta que a Rússia adota o conceito de "Mundo Russo",tanto identitária quanto pragmaticamente, em contraposição à OLI desde o advento da era Putin. O embate entre as narrativas-mestras destes dois mundos impacta a evolução identitária ucraniana e russa, os cálculos de suas políticas internas e externas e, fatalmente, a agressão russa iniciada em 2014 e extrapolada em 2022. A Rússia representava pontos de tensão internos e externos, com sua presença simultânea entre os líderes globais, em termos de poder militar, e como membro da ordem liberal governada pelas democracias ocidentais.

Bordachev (2022) observa que a lei internacional, baseada na Carta das Nações Unidas, alcançava todos os Estados, independentemente de serem parte da ordem liberal ou não, como era o caso de China e URSS. A China, por exemplo, se beneficiou da livre circulação de mercadorias desde um estágio precoce e,embora agora postule por reformas políticas na ordem, se trata de reformas que mantenham esse privilégio econômico.

Com o colapso da URSS, a Rússia herda o seu lugar na ordem internacional global e adere à ordem liberal. Após a Guerra Fria, as relações entre Rússia e Europa se desenvolveram sob a égide da ordem liberal: integridade territorial dos Estados, livre movimento de bens, capitais e serviços, uso da força apenas para autodefesa, e instituições multilaterais estruturando esses valores (Bordachev, 2022). O processo de desintegração da URSS é, naturalmente, parte do fenômeno globalizante (Stiglitz, 2002), particularmente considerando os movimentos liderados por Boris Yeltsin na Rússia, Leonid Kravchuk na Ucrânia e Vytautas Landsbergis na Lituânia (Plokhy, 2021; Plokhy, 2023).

Esses movimentos postulavam amplas reformas políticas com adoção de regimes democráticos e livre mercado. Como argumenta Stiglitz (2002), foi um processo rápido, sem suporte institucional e proteção social, que acabou por gerar uma profunda crise econômica. Além dis-

so, o fenômeno de liberalização chocou-se com a própria cultura autocrática russa, diferente do que ocorreu na Ucrânia (Plokhy, 2023).

A concepção do "Mundo Russo" foi a resposta identitária a esse choque. No processo de globalização, essa resposta surgiu na forma do restabelecimento da autocracia observada na URSS e no Império Russo, dessa vez em torno da figura de Vladimir Putin. Valores como o cristianismo ortodoxo, a língua russa e a cultura eurasiana (em contraponto com a europeia) dão suporte a esta identidade que se ancora no passado — e daí a importância da Kyiv Rus, especialmente a interpretação histórica russa desse legado. Vinculada à construção identitária de "Mundo Russo", a intervenção na Geórgia em 2008 começou a romper a filiação russa à OLI, aprofundando a ruptura com a invasão da Crimeia em 2014 (Bordachev, 2022; Clunan, 2018).

Como observado na seção anterior, o aprofundamento do discurso narrativo de identidade russa estendida (política do "compatriota" e "Mundo Russo") estabelece as bases para uma política externa intervencionista. Desta forma, a Rússia representa uma das mais fortes contradições internas da OLI, sendo uma relevante não-adesão periférica (Babić, 2020). O colapso da URSS, diferente de universalizar o regime, mergulhou em seu seio uma grande contradição: uma Rússia nuclear, com um Estado capturado por uma oligarquia mafiosa e profundamente ferida em sua identidade de *hegemon* (imperial) (Bordachev, 2022; Plokhy, 2021; Plokhy, 2023). A concepção de "Mundo Russo" e o eurasianismo encapsulam uma subordem contraditória e desafiante da ordem hegemônica.

Esse quadro desenha uma tensão entre duas identidades cuja construção recente alterou profundamente seus sentidos com um forte componente de oposição. A identidade russa se percebe como antagônica ao Ocidente e seus valores, e percebe o mundo eslavo e eurasiano como parte de seu mundo, Ucrânia incluída. A identidade ucraniana se desenvolve em oposição ao ser russo, buscando na alteridade europeia sua identificação (Kuzio, 2024). Essa identidade ucraniana percebe sua sociedade como baseada em laços comunitários horizontais, em contraste com a verticalidade autocrática russa. Vínculos familiares e de amizade são percebidos como preponderantes em relação aos patrióticos, enquanto os russos são vistos como teimosos nacionalistas. A identidade ucraniana desenvolveu-se ainda como culturalmente diversa, em contraposição à ideia centro-europeia de que língua e burocracia perfazem um Estado (Pomerantsev, 2019; Kuzio, 2024).

A partir de 24 de fevereiro de 2022 intensifica-se o fenômeno iniciado em 2014 de consolidação de uma identidade desvinculada da ideia de integrar o "Mundo Russo". A invasão alterou inclusive a relação com o idioma. Se antes a escolha linguística cotidiana tinha influência limitada sobre a identidade nacional, após o início do conflito tornou-se comum o esforço consciente dos cidadãos para adotar e valorizar o uso do idioma ucraniano como símbolo explícito de resistência e afirmação identitária (Ryabchuk, 2015; Plokhy, 2023).

A guerra naturalmente teve profundo impacto no "Mundo Russo", particularmente naqueles que são considerados "russos" pelos "compatriotas" da IOR, da Fundação "Novo Mundo", do governo e da sociedade russa, mas estão alhures, na Ucrânia, no Cazaquistão ou na Moldávia. O idioma russo, que representava instrumento de acesso cultural e econômico globalizado, (Zhurzhenko, 2002), passa a significar o idioma imperial, da hostilidade geopolítica.

CONCLUSÃO

O conflito entre Rússia e Ucrânia é o resultado do encontro de duas placas tectônicas identitárias em sentido contrário: a Rússia se afastando da OLI e a Ucrânia buscando se integrar a ela. Esse movimento é impulsionado por estruturas profundas nas duas sociedades e pela evolução identitária em ambas, refletindo a transição do *Homo sovieticus* para *Homo Russus*, no caso da Rússia, e para *Homo liberalis*, no caso da Ucrânia. Uma dessas placas – a OLI – está submergindo e é difícil antecipar a cordilheira que resultará desse choque.

A crise da OLI é o resultado de significativas contradições tanto internas quanto externas. Internamente, as instituições criadas para sustentar essa ordem, como o Banco Mundial e o FMI, demonstraram uma capacidade limitada de se reformar e responder às novas realidades econômicas e políticas. Externamente, a ascensão de potências revisionistas como a China e a Rússia e a fragmentação da governança global colocam em xeque a hegemonia dos EUA e a eficácia das normas liberais estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial.

A análise sob a lente construtivista permite focar como as identidades nacionais e políticas são construídas e moldadas por interações sociais e discursos. No caso da Rússia, a identidade nacional foi reconfigurada através do conceito de "Mundo Russo", que serve de base para a política externa agressiva de Vladimir Putin. Na Ucrânia, a construção de uma identidade nacional independente, orientada para os valores da OLI, intensificou-se após 2014, destacando a importância das alianças ocidentais e do desejo de integração com a Europa.

A invasão russa de 2022 teve um profundo impacto na identidade ucraniana, acelerando o processo de desvinculação do "Mundo Russo" e fortalecendo um nacionalismo cívico. Este fenômeno é evidente na crescente adoção da língua ucraniana e no reforço dos valores democráticos e liberais. Após 2014, a Ucrânia manteve um regime político mais democrático que a Rússia, considerando aspectos como competitividade eleitoral, pluralismo midiático e limites ao poder executivo. Contudo, é necessário observar que o país também apresentou tendências autoritárias associadas ao conflito. A invasão russa de 2014 gerou restrições à liberdade de expressão na Ucrânia, com novas políticas de mídia e cultura. Após o Euromaidan, medidas ideológicas nacionalistas restringiram produtos culturais russos (Way, 2015).

CC BY NC SA

De qualquer forma, a guerra não apenas solidificou a identidade ucraniana, mas também expôs as profundas divisões e contradições dentro da sociedade russa, levando a uma reafirmação do nacionalismo russo e da resistência contra a OLI.

É possível delimitar, na construção de cada uma das identidades, sua configuração em termos de processualidade, organicidade e morbidade. Ambas as construções identitárias constituem um processo de longo prazo. O eurasianismo e a concepção de "Mundo Russo" se sedimentaram por décadas e enraízam-se em referências seculares. Da mesma forma, a identidade ucraniana de resistência e oposição ao domínio russo estende-se ao tempo do Hetmanato. Ambos são processos orgânicos, profundamente enraizados nas respectivas sociedades e refletidos em normas e discursos sociais. Por fim, ambas carregam morbidades também significativas. Na identidade ucraniana, morre cada vez mais sua filiação identitária ao *mundo eurasiano* e pós-soviético, ao passo que a identidade russa representa – ao lado da China – a grande proposta reformista da ordem centralizada nas potências ocidentais.

Em suma, a guerra entre Rússia e Ucrânia deve ser entendida não apenas como um conflito territorial, mas como um confronto entre duas visões de mundo antagônicas e agonizantes. De um lado, a Rússia busca afirmar sua identidade e influência através do revisionismo e da rejeição à OLI. Sendo a potência que é, seu revisionismo é por si só uma evidência da crise orgânica da OLI. De outro lado, a Ucrânia se esforça para alinhar-se aos valores democráticos e liberais, buscando integrar-se plenamente à comunidade internacional ocidental. Seu peso é, por si só, uma evidência da crise orgânica do "Mundo Russo".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav**.** *The end of American world order*. Cambridge: Polity Press, 2014.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AREL, Dominique; KHMELKO, Vyacheslav. The Russian Factor and Territorial Polarization in Ukraine. *The Harriman Review,* vol. 9, n. 1-2*,* 1996, pp. 81-91.

AREL, Dominique. How Ukraine Has Become More Ukrainian. *Post-Soviet Affairs,* vol. 34, no. 2-3, 2018, pp. 186-189. https://doi.org/10.1080/1060586X.2018.1445460.

AREL, Dominique. Interpreting 'Nationality' and 'Language' in the 2001 Ukrainian Census. *Post-Soviet Affairs* 18, n. 3, p. 213-249, 2002.

BABIĆ, Milan. Let's Talk About the Interregnum: Gramsci and the Crisis of the Liberal World Order. *International Affairs* 96, no. 3, p. 767-786, 2020. https://doi.org/10.1093/ia/iiz254.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies*, v. 32, n. 2, p. 329–352, 2006.

BARNETT**,** Michael**.** The end of the liberal international order? *Current History*, v. 116, n. 786, p. 271–277, 2017.

BIDOCHKO, Lesia. Disinformation against Crimean Tatars in Russian Social Media: Communication Dynamics During the First Year of Russia's Full-Scale Invasion of Ukraine. *Journal of Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*, vol. 23, n. 2, p. 81-107, 2024.

BOKOCH, Viktoriia. «Русский мир» як антиукраїнська релігійно-політична концепція. *Вісник Львівського університету. Серія філософсько-політологічних студій*, no. 24, 2019, pp. 134-140. https://doi.org/10.30970/2307-1664.2019.24.18.

BORDACHEV, Timofei. *Europe, Russia and the Liberal World Order*. London: Routledge, 2022.

BREMER, Thomas. How the Russian Orthodox Church Views the 'Russian World'. *Occasional Papers on Religion in Eastern Europe,* vol. 35, no. 3, 2015, p. 43-49.

CHESKIN, Ammon; Kachuyevski, Angela. The Russian-Speaking Populations in Post-Soviet Space: Language, Politics and Identity. *Europe-Asia Studies*, v. 71, n. 1, p. 1-23, 2019.

CLUNAN, Anne. Russia and the Liberal World Order. *Ethics & International Affaris*, v. 32, n. 1, p. 45-59, 2018.

MARPLES, David. *Stepan Bandera: The Resurrection of a Ukrainian National Hero*. *Europe-Asia Studies*, vol. 58, n. 4, 2006.

FIORETOS, Orfeo; HELDT, Eugénia. Legacies and Innovations in Global Economic Governance Since Bretton Woods. *Review of International Political Economy*, vol. 26, n. 6, 2019. https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1635513.

GÖTZ, Elias; MERLEON, Camille-Renaud. Russia and the Question of World Order. *European Politics and Society* vol. 20, no. 2, 2019, p.133-153.

GRAEBER, David. Culture as Creative Refusal. *Cambridge Anthropology*, vol. 31, no. 2, 2019, p. 1-19.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.

HEHIR, Aidan**.** The permanence of inconsistency: Libya, the Security Council, and the Responsibility to Protect. *International Security*, v. 38, n. 1, p. 137–159, 2013.

HELLEINER, Eric. The Life and Times of Embedded Liberalism: Legacies and Innovations Since Bretton Woods. *Review of International Political Economy*, vol. 26, n. 6, 2019. https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1607767.

HOSKING, Geoffrey. *Russia and the Russians: A History*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2001.

IKENBERRY, John G. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars.* Princeton: Princeton University Press, 2001.

IKENBERRY, John G. Power and Liberal Order: America's Postwar World Order in Transition. *International Relations of the Asia-Pacific* 5, no. 2, 2005, p. 133-152. https://doi.org/10.1093/irap/lci112.

IKENBERRY, G. John. *Liberal Leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American world order.* Princeton: Princeton University Press, 2011.

JAHN, Beate. Liberal Internationalism: Historical Trajectory and Current Prospects. *International Affairs* vol. 94, no. 1, 2018, p. 43-61. https://doi.org/10.1093/ia/iix231

KAPPÉLER, Andreas. *The Russian Empire: A Multiethnic History*. Harlow: Longman, 2001.

KOLSTØ, Pål. The New Russian Diaspora: Minority Protection in the Soviet Successsor States. *Journal of Peace Research*, 30(2), p. 197-217, 1993.

KOLSTØ, Pål. *Russians in the Former Soviet Republic*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

KRAWCHENKO, Tamara**.** Ukraine's Decentralisation Reforms and the Path to Reconstruction, Recovery and European Integration. *LSE Public Policy Review*, v. 2, n. 2, 2022.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka, ed. *Foreign Policy in a Constructed World*. Armonk: M.E. Sharpe, 2001.

KUBICEK, Paul. Regional Polarisation in Ukraine: Public Opinion, Voting and Legislative Behaviour. *Europe-Asia Studies,* vol. 52, n. 2, p. 273-294, 2000.

KUDORS, Andis. Russian Public Relations and Soft Power in Foreign Policy. *Russian Analytical Digest*, Center for Security Studies, 2010. Disponível em: https://policycommons.net/artifacts/2261072/no-81/3020121/. Accessado 13 out. 2022.

KULYK, Volodymyr. Language Identity, Linguistic Diversity, and Political Cleavages: Evidence from Ukraine. *Nations and Nationalism,* vol. 17, no. 3, 2011, p. 627-648.

KUPERMAN, Alan. A model humanitarian intervention? Reassessing NATO's Libya campaign. *International Security*, v. 38, n. 1, p. 105–136, 2013. DOI: 10.1162/ISEC_a_00126.

KUZIO, Taras. Ukrainian versus Pan-Russian Identities: The Roots of Russia's Invasion of Ukraine. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, v. 24, n.3, p. 234-257, 2024.

LARRABEE, F. Stephen. Ukraine at the Crossroads. *The Washington Quarterly,* vol. 30, no. 4, 2007, p. 45-61.

LEVCHUK, Kateryna. *Eurasianism: A Russian Monroe Doctrine?* Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Central European University, Budapeste, 2013.

LUSHNYCKY, Andrej; RIABCHUK, Mykola. *Ukraine on Its Meandering Path Between East and West*. Bern: Peter Lang, 2009.

MEARSHEIMER, John J**.** *The great delusion: liberal dreams and international realities*. New Haven: Yale University Press, 2018.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. *Contexto Internacional,* vol. 28, no. 1, 2006, p. 223-258. https://doi.org/10.1590/S0102-85292006000100004.

MILLER, Alexei. *The Ukrainian Question: The Russian Empire and Nationalism in the Nineteenth Century.* Budapeste: Central European University, 2003.

NEFEDOVA, Tatyana. The Third Rome: Old Russian Messianism and its Post-Soviet Revival. *Russian Politics & Law*, v. 54, n. 1, p. 45–59, 2016.

NEIMARK, Mark. Украинский кризис и русский мир. *ОБОЗРЕВАТЕЛЬ* vol. 8, 2015, p. 40-49.

NORLOFF, Carla. Hegemony and Inequality: Trump and the Liberal Playbook. *International Affairs* vol. 94, no. 1, 2018, p. 63-88. https://doi.org/10.1093/ia/iix262.

ONU. *UN data:* Population by language, sex and urban/rural residence. [S.l.]: United Nations Statistics Division, 2025. Disponível em: http://data.un.org. Acesso em: 4 abr. 2025.

ONUF, Nicholas. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Guide. In: KUBALKOVÁ et al (org). *International Relations in a Constructed World*. New York: M.E. Sharp, 1998.

PASITSELSKA, Olga. Ukrainian crisis through the lens of Russian media: Construction of ideological discourse. *Discourse and Communication*, v. 11, n. 6, p. 591-609, 2017.

PETERSON, John. Present at the Destruction? The Liberal Order in the Trump Era. *The International Spectator,* vol. 53, no. 1, 2018, p. 28-44. https://doi.org/10.1080/03932729.2018.1421295.

PLOKHY, Serhii. *The Gates of Europe: A History of Ukraine.* New York: Basic Books, 2021.

PLOKHY, Serhii. *The Russo-Ukrainian war: the return of history.* New York: W. W. Norton & Company, 2023.

POMERANTSEV, Peter. Preface. *In*: YERMOLENKO, Volodymyr (org). *Ukraine in Histories and Stories*. Kyiv: Ukraine World, 2019.

POPOVA, Mariia. The Position of the Russian Language in the Post-Soviet States. *Alkalmazott Nyelvtudomány,* v. 23, n. 2, p. 178-199, 2023.

PUTIN, Vladimir. On the Historical Unity of Russians and Ukrainians. 2021. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181. Acessado em 5 jul. 2024.

RAGAZZI, Mario. *La invención de la debilidad del Estado colombiano en la retósfera internacional. El caso de la Unión Europeia.* Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidad de Bologna, Buenos Aires, 2002.

ROMANOVA, T. Russia's Neorevisionist Challenge to the Liberal International Order. *The International Spectator,* vol. 53, n. 1. 2018, p. 76-91.

RYABCHUK, Mykola. *Dvi Ukrayiny: Realni Mezhi, Virtualni Viyny* [Duas Ucrânias: fronteiras reais e guerras virtuais]. Kyiv: Krytyka, 2003.

RYABCHUK, Mykola. 'Two Ukraines' Reconsidered: The End of Ukrainian Ambivalence? *Studies in Ethnicity and Nationalism* vol. 15, no. 1, 2015, p. 138-156.

RIABCHUK, Mykola**.** *Gleichschaltung: Authoritarian consolidation in Ukraine*. Kyiv, K.I.S.: 2012.

SANTOS, Héric Manuel. *A reformulação da política externa russa durante a presidência Putin--Medvedev*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Lisboa, 2018.

SEGRILLO, Angelo. A Guerra da Ucrânia: Repercussões Historiográficas no Contexto da Questão Nacional. *Revista Brasileira de História* vol. 43, no. 94, 2023.

SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS: Um Estudo das Causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVESTRE, Paul. Russia's Civilizational Narrative: Metapolitics and Praxis. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). LUISS, 2021.

SHENFIELD, Stephen. *Russian Fascism: Traditions, Tendencies, Movements*. Armonk: M.E. Sharpe, 2001.

SHILLIAM, Robbie. Intervention and modernity: the imperialism of (liberal) peace. *In*: SHILLIAM, Robbie (Org.). *International relations and non-Western thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. London: Routledge, 2011. p. 115–129.

SMITH, Steve. Foreign Policy Is What States Make of It: Social Construction and International Relations Theory. *In:* Kubalková, Vendulka (org). *Foreign Policy in a Constructed World*,. Armonk: M.E. Sharpe, 2001.

SNYDER, Timothy. *Bloodlands: Europe Between Hitler and Stalin*. New York: Basic Books, 2010.

SNYDER, Timothy. How Ukraine's History Differs from Putin's Version. *The European Studies Council*, 2022. Disponível em: https://macmillan.yale.edu/europe/stories/how-ukraines-history-differs-putins-versionAccessado em 5 jul. 2024.

STIGLITZ, Joseph E. *Globalization and Its Discontents*. New York: W.W. Norton & Company, 2002.

STOKES, Doug. Trump, American Hegemony and the Future of the Liberal International Order. *International Affairs* vol. 94, no. 1, 2018, p. 133-150. https://doi.org/10.1093/ia/iix238.

SUBTELNY, Orest. *Ukraine: A History*. 4th ed. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

SUNY, Ronald Grigor. *The Revenge of the Past: Nationalism, Revolution, and the Collapse of the Soviet Union*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

WAY, Lucan. The Maidan and Beyond: Civil Society and Democratization. *Journal of Democracy*, v. 25, n. 3, p. 35–43, 2015.

ZAVERSHINSKAIA, Polina. State's Legitimisation of Violence through Strategic Narration: How the Kremlin Justified the Russian Invasion of Ukraine. *The International Spectator*, vol. 59, n. 2, p. 18-36, 2024.

ZHURZHENKO, Tatiana. A Divided Nation? Reconsidering the Role of Identity Politics in the Ukraine Crisis. *Die Friedens-Warte* vol. 89, n. 1/2, p. 249-267, 2014.

ZHURZHENKO, Tatiana. "Language Politics" in Contemporary Ukraine: Nationalism and Identity Formation. *IWM Junior Visiting Fellows Conferences*, v. 12, n. 2, Viena, 2002.